

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O "jeitinho" está posto

Uma das soluções que os deputados da Comissão Mista de Orçamento estudam para liberar as emendas de relator, as tais RP9, é aproveitar os projetos de remanejamento de recursos orçamentários deste final de ano, os tais PLNs, e trocar a "identidade" dessas verbas. Assim, em vez de se chamar RP9, receberão outro código identificador e ficarão fora do alcance da transparência requerida pela ministra do STF. Esse sistema que eles buscam, agora, é muito parecido com aquele usado pelos "anões do Orçamento".

Corra, Rosa, corra

Alguns especialistas em orçamento temem que esse "jeitinho" dificulte a identificação dos padrinhos da destinação dos recursos das RP9 que, como o leitor da coluna pôde ver acima, é tudo o que os deputados beneficiados desejam. A correria, agora, é para que, quando o prazo de Rosa Weber começar a contar, parte das emendas de relator que até aqui não foram empenhadas ou liberadas esteja com outro nome e livre para liberação.

Ele, não

Aliados do ex-juiz Sergio Moro têm dito que não será fácil fazer de Luiz Henrique Mandetta, do União Brasil, ou mesmo a senadora Simone Tebet vice na chapa encabeçada pelo ex-ministro da Justiça. No Rio de Janeiro, por exemplo, o União Brasil tenta atrair Danielle, a filha de Eduardo Cunha, e Marco Antônio Cabral, filho de Sérgio Cabral. Ambos vão trabalhar dia e noite para deixar o partido bem distante de Moro.

Trinta dias de agonia

Nos bastidores da sessão do Congresso que votou os projetos de remanejamento de verbas orçamentárias, só se falava daquilo: o prazo concedido pela ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal — e acolhido pela maioria da Corte — para que a Câmara dê transparência à distribuição de emendas de relator. Alguns parlamentares, confiantes de que não haveria uma lupa sobre esse dinheiro, destinaram verbas a municípios de

estados onde não foram eleitos, atitude que, no mínimo, deixará os eleitores dessas excelências furiosos. O pior é que, se não houver uma boa justificativa, esses casos têm tudo para desaguar numa investigação pela Polícia Federal. "Rosa Weber mirou naquilo que viu e acertou no que não viu. Esta Casa vai ferver", comentou um deputado à coluna. Assim que vier a publicação do acórdão e o prazo começar a correr, vai faltar Rivotril para acalmar essas excelências.



Nem vem

A senadora Simone Tebet (MDB-MS), apontada pelos moristas como o nome ideal para a chapa, também não terá o partido interessado em fechar com Sergio Moro. O ex-presidente José Sarney, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) e Romero Jucá (MDB-RR) querem distância do ex-juiz.

A favorita

Luiza Trajano que se prepare: Gilberto Kassab, do PSD, não desistiu de tentar convencer a empresária a compor uma chapa à Presidência da República com Rodrigo Pacheco. E, para completar, Renata Abreu, do Podemos, também quer entrar nessa disputa pela empresária.

CURTIDAS

ED ALVES/CB/D.A.Press



Próximos passos/ Antes de cuidar dos vices, tanto Gilberto Kassab (foto) quanto Renata Abreu vão cuidar das composições regionais para fazer bancada. Renata está para lá de confiante na imagem de Sergio Moro para alavancar o partido.

Sentiu o tranco/ O comentário "ele não aprendeu nada", feito por Jair Bolsonaro sobre a filiação de Sergio Moro ao Podemos, foi lido no partido do ex-juiz como um sinal de que o discurso do ex-ministro incomodou. Aliás, nas hostes bolsonaristas, muita gente diz que Moro vai, sim, tirar votos do presidente.

"Eu sou D'Ávila"/ O deputado Marcel Van Hattem, para que não fique dúvidas, reforça que foi à filiação de Sergio Moro ao Podemos porque havia sido convidado pelo próprio ex-juiz. "Como eu te disse, o Novo tem candidato, e eu apoio o Felipe D'Ávila."

E a nossa Cris Lôbo virou luz/ O jornalismo político perde a perspicácia, o humor e a análise precisa de Cristiana Lôbo, uma referência de amor à vida e à notícia. Vá em paz, minha amiga, e ilumine o caminho daqueles que ficam. Ficam aqui os meus mais profundos sentimentos de gratidão por tantas aulas, risadas e parcerias ao longo de 30 anos de cobertura diária.

JUDICIÁRIO STF julga pedido da PGR para tolher poder dos órgãos de fazer requisições de documentos

Ameaça às defensorias públicas

» LUANA PATRIOLINO

O plenário virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) começa a julgar, hoje, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6852/DF que contesta o poder das defensorias públicas de todo o país de requisitar, de qualquer autoridade e de seus agentes, documentos e outras atribuições.

A intenção de anular essas prerrogativas tem sido alvo de críticas e contestações por parte de

especialistas e entidades ligadas aos direitos humanos. O principal argumento é de que prejudica a população em vulnerabilidade social.

O presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais (Anadef), Eduardo Kassunga, destacou ao **Correio** o papel do órgão na realidade da sociedade brasileira. "Por que isso é tão preocupante? A Defensoria é responsável por prestar assistência jurídica integral e gratuita aos hipossuficientes econômicos", explicou.

Segundo a entidade, caso o Supremo decida pela inconstitucionalidade do chamado "poder de requisição", ao qual a Defensoria Pública tem direito, vai prejudicar o acesso à Justiça da população mais vulnerável. "Refere-se àqueles situações de pessoas com extrema situação de vulnerabilidade. Não só socioeconômica, mas também técnica, jurídica, informacional, circunstancial. É a população em situação de rua, comunidade ribeirinha, comunidade quilombola, pessoas idosas que estão na

luta por um benefício previdenciário", ressaltou.

O tema será analisado em duas ações de inconstitucionalidade propostas pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, em maio. Na avaliação do PGR, a previsão é inconstitucional, na medida em que confere aos defensores públicos um atributo que advogados privados, em geral, não detêm. Além disso — argumenta o órgão —, subtrai determinados atos à apreciação judicial e desequilibra a relação processual.

O "poder de requisição" é um dispositivo que permite à Defensoria Pública requisitar informações aos órgãos públicos e obrigar essas instituições a repassarem as informações solicitadas.

Assistência

As Defensorias existem para auxiliar cidadãos em situação de vulnerabilidade em processos judiciais que não têm condições de bancar assistência jurídica. "As pessoas que demandam a

assistência social do nosso país têm o direito de existir", observou Kassunga.

Caso o dispositivo seja considerado inconstitucional, os defensores públicos terão de apreender ações preparatórias pedindo essas informações, caso os entes públicos não entreguem o que foi solicitado, o que acarretaria em um aumento no número de processos na Justiça.

O julgamento da ação começou à 0h desta sexta e vai até as 23h59 do próximo dia 22.

São novos hospitais, clínicas e unidades básicas de saúde.

Início da obra do grande e esperado Hospital Oncológico.



8 novas UBS. Destaque internacional para a do Riacho Fundo II, a maior do Brasil.



Construção do novo Hospital da Ceilândia.



Inauguração da Clínica da Mulher na Asa Sul.

